A voz do CUT SINTSEF CONDSEF/FENADSEF
Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará

Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um OI com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 2791 01/02/2024

BANCADA SINDICAL APRESENTA CONTRAPROPOSTA UNIFICADA DOS SERVIDORES AO MGI

Na última quarta-feira, (31), representantes da bancada sindical na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) entregaram ao secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, uma contraproposta unificada. A reabertura de negociações foi apontada para fevereiro.

Em entrevista ao Metrópoles, a ministra Esther Dweck não descartou a possibilidade de que governo conceda reajuste ao servidores federais em 2024. Dweck sinalizou que uma recomposição salarial ainda é possível a depender do comportamento da arrecadação.

A mobilização e a unidade dos servidores em torno dessas reivindicações seguem fundamentais. "Agora é luta para fazer com que o governo abra os cofres para o setor público e conceda reajuste ainda este ano", disse Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. A equiparação dos benefícios do Executivo com os dos outros poderes e revogação de todas as medidas e regramentos infraconstitucionais do desgoverno Bolsonaro também seguem sendo cobrados na MNNP.

Fruto de debates com servidores federais em todo o Brasil, a contraproposta reúne representação do conjunto do funcionalismo incluindo o Fonasefe, do qual a Condsef/Fenadsef faz parte, o Fonacate e as centrais sindicais, entre elas a CUT.

Com assessoria da subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef, a contraproposta considera as reposições e perdas salariais das categorias, sendo os percentuais construídos a partir de dois blocos distintos.

O primeiro bloco são das categorias que tiveram reajuste bianual (2016 e 2017) e o segundo que tiveram reajuste em quatro anos (2016, 2017, 2018 e 2019). Os 9% do reajuste emergencial concedidos em 2023 pelo governo Lula também estão no cálculo.

Entre 2024 e 2026 os servidores do Bloco I teriam reajuste de 10,34%, enquanto os servidores do Bloco II teriam 7,06%.

Em três anos a contraproposta considera:

- **Bloco I (Total 34,32%)**
- Reajuste em 2024 – 10,34%
- Reajuste em 2025 – 10,34%
- Reajuste em 2026 – 10,34%
- **Bloco II (Total 22,71%)**
- Reajuste em 2024 – 7,06%
- Reajuste em 2025 – 7,06%
- Reajuste em 2026 – 7,06%

ENTIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LANÇAM NOTA CONTRA AÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA

A Condsef, Ascema, Ansef e INA, entidades que representam os servidores públicos federais do meio ambiente (Ibama, MMA, ICMBio e SFB) e da Funai, vêm a público manifestar sua indignação e repúdio à forma como as Forças Armadas têm atuado na operação Yanomami, que visa combater o garimpo ilegal na terra indígena, localizada nos estados de Roraima e Amazonas.

A operação Yanomami, iniciada em maio de 2023, é uma ação conjunta entre o Ibama, a Funai, a Polícia Federal e as Forças Armadas, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. O objetivo é proteger os direitos dos povos indígenas, preservar o meio ambiente e garantir a soberania nacional na região, que é alvo de invasões de garimpeiros que exploram ilegalmente o ouro e outros minérios, causando graves danos ambientais e sociais.

No entanto, as Forças Armadas, estão deixando de cumprir sua missão de apoiar e facilitar o trabalho dos demais órgãos envolvidos nas ações de fiscalização e repressão ao garimpo ilegal

Segundo diversas reportagens e denúncias, as forças armadas têm:

- Negado ou atrasado o uso de aeronaves para o transporte de servidores, equipamentos e materiais, prejudicando a logística e a eficiência das operações;

(*Matéria completa no site do Sintsef-CE*)

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares